



**HOSPITAL INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS**  
**Demonstrações Financeiras**  
**31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**Com Relatório dos Auditores Independentes**



Hospital Infantil Francisco de Assis

## SUMÁRIO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2-4
Balanço Patrimonial .....	5
Demonstração do Resultado dos Exercícios .....	6
Demonstrativo do Resultado Abrangente dos Exercícios .....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	9
Demonstração do Valor Adicionado .....	10
Notas Explicativas .....	11-28

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Senhores Administradores e associados do  
**Hospital Infantil Francisco de Assis**  
Rua Coronel Guardia nº 100, Centro  
Cachoeiro de Itapemirim (ES)

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Hospital Infantil Francisco de Assis**, doravante denominado "HIFA" ou "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Infantil Francisco de Assis**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) - e demais dispositivos relativos à atividade da Entidade.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase – Processos Judiciais:

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, na qual consta a divulgação de que o HIFA se acha envolvido em demandas judiciais no valor de R\$ 6.632.321, que na opinião dos seus assessores jurídicos, são consideradas como sendo de possível perda, circunstância que não requer a constituição de provisão. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto

### Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado:

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela Entidade. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:**

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, também foram auditadas por nós, sendo que em 11 de abril de 2022, emitimos relatório sem ressalvas.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da



operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 27 de março de 2023.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S  
CRC-ES 002282/O

g vb. Documento assinado digitalmente  
IDERALDO LUIZ AGOSTINHO DE MORAES  
Data: 29/03/2023 17:55:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ideraldo Luiz A. de Moraes  
Contador  
CRC-ES 009503/O-0

ASSINADO DIGITALMENTE  
ANTONIO MARCOS ROCHA  
A certificação começa a valer após 24h de emissão  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Antônio Marcos Rocha  
Contador  
CRC-ES 020764/O-3





## Apresentação das Demonstrações Financeiras

### Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais – R\$)

Ativo	Nota	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Passivo	Nota	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
<b>Ativo Circulante</b>		<b>26.617.222</b>	<b>47.912.957</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>31.763.093</b>	<b>28.779.121</b>
Caixa e equivalentes de caixa - Recurso livre	4 (a)	8.466.486	147.525	Fomecedores		3.587.228	2.492.633
Caixa e equivalentes de caixa - Recurso com Restrição	4 (b)	6.973.846	2.170.127	Obrigações Trabalhistas	10	9.990.691	9.396.531
Contas a Receber	5 (a)	7.327.389	10.788.631	Obrigações Tributárias	14	185.099	147.069
Estoques	6	2.715.094	2.770.008	Empréstimos e Financiamentos	11 (a)	1.247.500	5.455.795
Adiantamentos Diversos	7	994.245	1.965.401	Subvenções a Realizar	12 (a)	6.033.059	3.058.210
Despesas Antecipadas		140.162	71.265	Receitas Diferidas	12 (b)	10.064.832	7.486.070
				Provisões Litígios Judiciais	13 (a)	-	-
				Outras Obrigações		654.684	742.812
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>39.579.478</b>	<b>36.019.028</b>	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>3.415.513</b>	<b>4.281.442</b>
Investimento		160.544	143.373	Empréstimos e obrigações de longo prazo	11 (b)	2.953.029	3.896.924
Imobilizado	8	39.001.016	34.966.447	Obrigações Tributárias	14	301.751	365.518
Intangível	9	117.561	8.136	Provisões Litígios Judiciais	13 (a)	160.733	20.000
Contas a Receber - Contratos Públicos	5 (b)	300.357	901.071	Subvenções de Investimentos	8, 1		
				<b>Patrimônio Social</b>	15	<b>31.018.094</b>	<b>20.871.422</b>
				Patrimônio Social		23.235.408	19.423.391
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.412.816	1.448.031
				Fundo de Ensino e Desenvolvimento	15, 1.	6.369.871	-
<b>Total</b>		<b>66.196.700</b>	<b>53.931.985</b>	<b>Total</b>		<b>66.196.700</b>	<b>53.931.985</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rua Coronel Guardia, nº 100, centro, Cachoeiro de Itapemirim-ES – Cep. 29.300-070

<http://hifa.org.br/>

**Demonstração do Resultado dos exercícios**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Reais – R\$)

	Nota	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
<b>Receita Operacional</b>			
Serv. Prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS	21	108.142.600	87.847.502
Serviços Prestados à Pref. Municipal de Cach. de Itapemirim		7.104.036	6.982.579
Serviços Prestados a Pref. Municipal de Vargem Alta		-	26.856
Serviços Prestados a Pref. Municipal de Guarapari		5.164.070	5.591.004
Serviços Prestados a Pref. Municipal de Atilio Vivacqua		-	-
Serviços Prestados a Outros Municípios		-	-
Serviços Prestados a Outros Convênios		4.170.530,46	2.595.288,13
Serviços Prestados a Particulares		889.128	592.675
Receitas com Captação de Recursos		1.906.322	3.735.642
Receitas com Doações	21	480.072	114.345
Receitas reconhecida com Isenção Previdenciária e Fiscal	21	28.888.077	23.733.539
Receitas com Voluntariado	18	126.745	113.190
Outras Receitas Operacionais		452.266	404.913
	16	<u>157.323.845,35</u>	<u>131.737.532</u>
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	17	<u>(108.458.575)</u>	<u>(95.324.495)</u>
<b>Superávit Bruto</b>		<u>48.865.270</u>	<u>36.413.036</u>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesa reconhecida Isenção Previdenciária e Fiscal	21	(28.888.077)	(23.733.539)
Despesas com Voluntariado	18	(126.745)	(113.190)
Despesas Gerais e Administrativas		(14.537.400)	(11.661.006)
Constituições de Perdas		<u>(174.692)</u>	<u>(45.361)</u>
<b>Superávit Operacional</b>		<u>5.138.357</u>	<u>859.941</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		251.981	98.295
<b>Despesas Financeiras</b>		(1.613.535)	(568.003)
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>		<u>3.776.802</u>	<u>390.233</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Reais – R\$)

---

	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>
<b>Superávit líquido do exercício</b>	3.776.802	390.233
Realização do Custo Atribuído	35.215	37.633
Constituição do Fundo de Ensino e Desenvolvimento	6.369.871	
<b>Total do resultado abrangente</b>	<u>10.181.888</u>	<u>427.867</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Reais – R\$)

8

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) do Exercício	Total patrimônio social
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>18.997.943</b>	<b>1.483.246</b>	<b>-</b>	<b>20.481.189</b>
Superávit do Exercício				
Incorporação ao Patrimônio Social	390.233	-	390.233	390.233
Realização do Custo Atribuído de 2020	37.633	37.633	-	-
Realização do Custo Atribuído (Exercícios de 2014 e 2015)	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19.425.810</b>	<b>1.445.613</b>	<b>-</b>	<b>20.871.423</b>
Superávit do Exercício				
Incorporação ao Patrimônio Social	3.776.802	-	3.776.802	3.776.802
Realização do Custo Atribuído de 2021	35.215	35.215	-	-
Realização do Custo Atribuído (Exercícios de 2014 e 2015)	-	-	-	-
Fundo de Desenvolvimento e Educação	6.369.871	-	-	6.369.871
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>29.607.699</b>	<b>1.410.398</b>	<b>-</b>	<b>31.018.095</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em Reais – R\$)

	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit do Exercício	3.776.802	390.233
Aumento (diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:		
- Baixas do ativo imobilizado/intangível	181.778	18.795
- Depreciação e amortização	2.884.188	2.627.766
- Perda por impairment	-	-
- Realização do Demeed Cost	35.215	35.215
- Integralização de Capital pela realização do ajuste de avaliação patrimonial	(35.215)	(35.215,39)
- Provisão para Contingência	140.733	(21.748)
Variações nos ativos e passivos:		
- Contas a receber	4.061.956	(3.736.506)
- Estoques	54.914	187.639
- Adiantamentos diversos	971.157	(114.139)
- Despesas antecipadas	(68.897)	47.272
- Fornecedores	1.094.595	(124.671)
- Obrigações trabalhistas	594.160	919.746
- Obrigações tributárias	(25.738)	(50.695)
- Outros obrigações	(88.128)	243.423
Recursos gerados (consumidos) nas atividades operacionais	<u>13.577.520</u>	<u>387.115</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
- Aquisições de investimentos	6.352.700	(6.683)
- Aquisições de ativo imobilizado/intangível	(7.209.959)	(9.368.008)
Recursos gerados (consumidos) nas atividades de investimentos	<u>(857.259)</u>	<u>(9.374.692)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
- Empréstimos/Financiamentos bancários	(5.151.190)	7.963.385
- Subvenções	5.553.610	579.899
- Doações recebidas	-	(2.079.816)
Recursos gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos	<u>402.421</u>	<u>6.463.468</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>13.122.681</u></b>	<b><u>(2.524.108)</u></b>
Aumento (redução) das disponibilidades		
No início do período	2.317.651	4.841.759
No final do período	<u>15.440.332</u>	<u>2.317.651</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>13.122.681</u></b>	<b><u>(2.524.108)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Valor Adicionado**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em Reais – R\$)

	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>
<b>A - RECEITAS</b>	<b>157.323.845</b>	<b>131.737.532</b>
Receitas de Contratos de Prestação de Serviços de Saúde	125.470.364	103.635.904
Captação de Recursos e Doações	31.274.470	27.583.526
Outras Receitas	579.011	518.102
<b>B - MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS</b>	<b>60.697.019</b>	<b>53.134.723</b>
Materiais e Suprimentos Hospitalares	20.457.522	21.940.250
Serviços de Terceiros	40.064.806	31.149.112
Outros Custos da Atividade	174.692	45.361
<b>C - VALOR ADICIONADO BRUTO (A - B)</b>	<b>96.626.826</b>	<b>78.602.809</b>
<b>D - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>3.023.917</b>	<b>2.639.353</b>
<b>E - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (C - D)</b>	<b>93.602.909</b>	<b>75.963.456</b>
<b>F - VALOR RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>251.981</b>	<b>98.295</b>
Resultados Financeiros	251.981	98.295
<b>G - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (E + F)</b>	<b>93.854.890</b>	<b>76.061.751</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>93.854.890</b>	<b>76.061.751</b>
Despesas com Pessoal, Encargos e Contribuições Sociais	88.464.553	75.103.515
Remuneração de Capitais de Terceiros - Despesas Financeiras	1.613.535	568.003
Superávit / Déficit do Exercício	3.776.802	390.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em Reais – R\$)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Infantil “Francisco de Assis”, fundado em 30 de novembro de 1969, é uma associação civil de caráter filantrópico e de assistência social, reconhecida e declarada de utilidade pública pela publicação no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 1991, na forma do decreto federal nº 50.517, de 2 de maio de 1961, Lei estadual nº 2.729 de 9 de outubro de 1972, e Lei municipal nº 1.389, de 23 de abril de 1970, tem por missão assistir integralmente a saúde da mulher e da criança com segurança e sustentabilidade. Ressaltamos nesse contexto, que em 28 dezembro de 2018 o HIFA também passa a oferecer o serviço de maternidade, na sua unidade Sede, sendo a prestação de serviço a gestante de risco habitual a partir de 02 de janeiro de 2019. Complementarmente no exercício de 2021 o HIFA passou a oferecer serviço a gestantes de alto risco.

É composto pela unidade hospitalar Hospital Infantil “Francisco de Assis” especializada em maternidade risco habitual e alto risco, assim como UTI Neonatal e UTI Geral instalada no bairro Sumaré; pela unidade denominada HIFA - Hospital do Aquidaban, que oferece serviço de PAI- Pronto Atendimento Infantil e ambulatorial, de especialidades médicas pediátricas, assim como o serviço de Unidade de Tratamento Intensivo - UTI e enfermagem adulto; pela unidade denominada Policlínica Gente, que oferece os serviços de atendimento laboratorial, audiológico, primando pelo diagnóstico precoce da deficiência auditiva, juntamente dos serviços prestados de Medicina Ocupacional que oferece serviços de diagnose em saúde do trabalhador; pela Unidade Instituto da Criança, um ambulatório que faz parte da Residência Médica, onde são realizadas consultas de Puericultura; pela filial instalada no Município de Guarapari - ES, a unidade HIFA Guarapari, que oferece atendimento de pronto atendimento infantil com estrutura hospitalar especializada na atenção materno-infantil.

## 2. REGISTROS E INSCRIÇÕES LEGAIS

- Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social na área da Saúde, concedido pela Secretária de Atenção a Saúde, órgão do Ministério da Saúde com validade até 10 de outubro de 2024;
- Certificado de Organização Social na área da Saúde emitido em 24 de janeiro de 2013, Processo número 60244666.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros. Nos aspectos não abordados por esta interpretação, aplicou-se a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, portanto,

estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da Entidade.

### 3.2. Regime de escrituração

Regime de competência na escrituração de todos os seus ativos, passivos, receitas e despesas. Em cumprimento ao disposto no Art. 25, Inciso II, alínea "d" da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, que trata da análise e decisão sobre os processos de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde, a Entidade reconheceu em suas demonstrações de resultado, o benefício fiscal usufruído nas atividades hospitalares.

### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### 3.4. Aplicações financeiras

Estão registradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "*pro rata temporis*".

O reconhecimento da receita com os rendimentos das aplicações financeiras decorrentes dos recursos de subvenções recebidas está condicionado à efetiva realização da subvenção.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação e rentabilidade atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, variando entre 94% e 97% do referido índice.

### 3.5. Instrumentos financeiros

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit) e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os recebíveis da Entidade compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. São contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva.



A Entidade não possui ativos financeiros que requerem a mensuração ao valor justo por meio do resultado e empréstimos.

### **3.6. Créditos a receber**

Os créditos a receber, resultantes de convênios firmados junto à iniciativa estatal, empresas e operadoras de planos de saúde, estão registrados pelo valor de realização.

### **3.7. Estoques**

Os estoques de medicamentos, materiais hospitalares, laboratório e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição não aplicada a metodologia ao preço justo, devido a sua alta rotatividade.

### **3.8. Imobilizado**

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens. Como previsto na resolução NBC TG 27 – (R4) - Ativo Imobilizado, a Entidade realizou um estudo para análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, com efeito no exercício de 2013. Aos bens adquiridos após esta data, são utilizadas as taxas fiscais de depreciação, conforme IN RFB nº 1700, de 14 de março de 2017. Sendo para edificação 4% ao ano, instalação, moveis, equipamentos hospitalares, maquinas e equipamentos utiliza-se a taxa de 10% ao ano, veiculos e equipamentos de informatica 20% ao ano.

### **3.9. Intangível**

Está representado por licenças de uso de softwares e direito de uso de linha telefônica, que são capitalizados com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo de softwares para sua utilização. Os custos de softwares são amortizados pela vida útil estimada de 5 (cinco) anos, sendo a taxa de amortização utilizada de 20% ao ano.

### **3.10. Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### **3.11. Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.



### 3.12. Empréstimos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias.

### 3.13. Subvenções Governamentais

#### (a) Subvenções para custeio

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções a Realizar", e apropriadas como receita quando da utilização do recurso para custeio das atividades hospitalares.

#### (b) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição que serão de propriedade da Entidade. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções a Realizar", e apropriadas como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, recepcionado pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

### 3.14. Processos judiciais

A Entidade é parte em processos judiciais, conforme descrito na Nota nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos.

### 3.15. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos incorridos.

### 3.16. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

### 3.17. Apuração do superávit ou déficit

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço

tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos. A Entidade obedece rigorosamente a legislação fiscal vigente, que determina que as Entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal foi reconhecido na demonstração contábil e em Nota 18 como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

### 3.18. Doações

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas.

### 3.19. Despesas com Doações

A Entidade realizou no exercício de 2022 na rubrica Despesas com Doações o valor de R\$435.000 para complementar os valores referente a constituição do plano de saúde Trino, em parceria com os Hospitais Filantropicos, Santa Casa e Hospital Evangélico, ambos de Cachoeiro de Itapemirim.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2022	2021
Caixa (recurso livre)	110.517	62.323
Banco conta movimento (recurso livre)	95.233	40.907
Banco conta movimento (recurso com restrição)	162.948	84
Aplicações financeiras (recurso livre)	8.259.923	44.295
Aplicações financeiras (recurso com restrição)	6.811.711	2.170.043
	<b>15.440.332</b>	<b>2.317.651</b>

## 5. CONTAS A RECEBER

(a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	2022	2021
Sistema Único de Saúde – SUS	3.119.835	6.173.360
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	169.136	165.691
Prefeitura Municipal de Guarapari	827.677	1.866.456
Operadoras de Plano de Saúde	510.321	202.637
Pacientes Particulares	5.644	2.584
Outros Convênios	2.694.776	2.377.903
	<b>7.327.389</b>	<b>10.788.631</b>

Levando-se em consideração a análise da recuperabilidade dos valores a receber, a Administração julgou não ser necessária a constituição de provisão para a cobertura de eventuais perdas.

- (b) A rubrica da Contas a Receber no Ativo Não Circulante, trata-se do montante em aberto da Prefeitura de Atílio Vivacqua que foi transferido do Ativo Circulante, o mesmo foi parcialmente recebido em 2022, e está sendo tratado na esfera judicial, com expectativa favorável ao HIFA, contudo não é possível mensurar o período previsto de recebimento integral.

## 6. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2022, os estoques do Hospital Infantil Francisco de Assis eram assim compostos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Materiais Médico Hospitalares e Medicamentos	1.960.894	2.065.890
Materiais de Laboratório	205.873	202.434
Almoxarifado	548.327	501.684
	<u><b>2.715.094</b></u>	<u><b>2.770.008</b></u>

## 7. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a Fornecedor	560.067	274.532
Depósitos Judiciais <sup>(i)</sup>	7.504	1.278.964
Outros Créditos	426.674	411.905
	<u><b>994.245</b></u>	<u><b>1.965.401</b></u>

- (i) Refere-se basicamente ao recolhimento do PIS via depósito judicial, processo movido pela Entidade contra a União Federal, contudo em 2022 a sentença foi favorável a União, e realizamos para o montante de R\$ 1.278.964 o tratamento contábil adequado.

## 8. IMOBILIZADO

				<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Impairment</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Edificações	9.781.289	(2.454.037)	-	7.327.252	7.578.142
Instalações	823.457	(800.294)	-	23.163	9.687
Máquinas e Equipamentos	2.020.961	(872.094)	(8.564)	1.140.304	807.559
Equipamentos de Informática	3.322.276	(2.321.201)	(29.339)	971.736	710.439
Móveis e Utensílios	2.784.185	(1.244.104)	-	1.540.081	1.095.098
Veículos	1.343.915	(811.527)	-	532.388	533.123
Terrenos	7.877.849	-	-	7.877.849	7.557.849
Equipamentos Hospitalares	23.290.736	(10.891.489)	(28.442)	12.370.805	11.335.107
Rouparia	91.391	(91.391)	-	-	-
Benfeitoria em Imóveis de terceiros	931.637	(917.416)	-	14.221	-
Imobilizado em Andamento	7.203.218	-	-	7.139.145	5.339.444
	<u><b>59.470.914</b></u>	<u><b>(20.403.553)</b></u>	<u><b>(66.345)</b></u>	<u><b>39.001.016</b></u>	<u><b>34.966.447</b></u>

Com base no pronunciamento técnico CPC 01 (R1), recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e suas alterações, aprovada pela Resolução CFC nº 1.292/10, de 20 de agosto de 2010, a Entidade deve aplicar procedimentos objetivando que seus ativos não financeiros estejam registrados por valor que não exceda seus valores de recuperação, seja pelo uso ou pela venda desses ativos. No caso de se verificar que o valor recuperável desses ativos seja inferior ao seu valor contábil, a diferença deve ser reconhecida como perda por desvalorização. Em 31 de dezembro de 2015 a Administração considerou a existência de indícios de que os ativos estariam contabilizados por valor superior ao seu valor recuperável e identificou necessidade de reconhecimento de perda de R\$66.345 naquela data, para fins de apresentação, o custo em 31 de dezembro de 2016 foi apresentado líquido da perda reconhecida no exercício de 2015. Em 31 de dezembro de 2021 a Administração realizou o teste de impairment e constatou não ter indícios que identificasse necessidade de reconhecimento de perda dos ativos não financeiros.

A Entidade, a partir da CTG 1000 – Adoção Plena da NBCTG 1000 publicada em 30 de agosto de 2013 optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos de seu ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013 pelos seus valores justos. A avaliação foi realizada por item de ativo imobilizado considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento, entre outras peculiaridades do negócio da Entidade. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado antes e após essa revisão está evidenciada em laudo técnico elaborado internamente. O Patrimônio Social foi aumentado, reconhecendo na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, o valor de R\$2.923.171.

### 8.1. Movimentação do ativo imobilizado

	Custo em 2021	Adições	Baixas	Custo em 2022
Edificações	9.781.289	-	-	9.781.289
Instalações	805.386	18.072	-	823.457
Máquinas e Equipamentos	1.563.036	469.236	(10.853)	2.020.961
Equipamentos de Informática	2.764.030	558.284	(498)	3.322.276
Móveis e Utensílios	2.153.074	640.672	(12.718)	2.784.185
Veículos	1.133.446	210.469	-	1.343.915
Terrenos	7.557.849	320.000	-	7.877.849
Equipamentos Hospitalares	20.462.300	3.055.648	(157.709)	23.290.736
Rouparia	91.391	-	-	91.391
Benfeitoria Imóveis de Terceiros	917.416	14.221	-	931.637
Imobilizado em Andamento	5.339.444	1.863.774	-	7.203.218
Impairment	(66.345)	-	-	9.781.289
	<b>52.502.316</b>	<b>7.150.376</b>	<b>(181.778)</b>	<b>59.470.914</b>



**9. INTANGÍVEL**

	2022		2021	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Software	1.657.631	(1.541.475)	116.156	6.731
Direito de Uso de Linha	1.405	-	1.405	1.405
	<b>1.659.036</b>	<b>(1.541.475)</b>	<b>117.561</b>	<b>8.136</b>

**10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	2022	2021
Ordenados a Pagar	3.105.335	2.600.155
Obrigações com Férias e Encargos	5.478.011	4.372.079
Encargos e Obrigações Sociais	1.315.589	2.327.205
Outras Obrigações	91.756	97.092
	<b>9.990.691</b>	<b>9.396.531</b>

**11. EMPRÉSTIMOS**

(a) Referem-se a recursos para capital de giro, obtidos em instituições financeiras privadas, remunerados por taxas de juros, para os quais foram dadas garantias na forma de aval, e são demonstrados conforme segue:

Banco/Operação	Taxa (a.a)	2022	2021
		Total	Total
Sicoob Sul – Conta Garantida	19,80	-	24.001
Banestes – Conta Garantida	20,56	132.041	1.905.388
Sicoob Sul – Empréstimo Capital de Giro	3,71	-	422.987
Sicoob Sul - Financiamento	4,08	40.530	77.517
Santander – Empréstimo Capital de Giro	6,90	-	2.226.945
Santander - Financiamento	11,60	570.395	485.872
Banestes – Empréstimo Capital de Giro	3,53	1.036.044	611.059
(-) Encargos a Transcorrer		(531.510)	(297.974)
		<b>1.247.500</b>	<b>5.455.795</b>

(b) Referem-se a recursos para capital de giro e financiamentos com parcelas vencíveis de longo prazo, obtidos em instituições financeiras privadas

	2022	2021
Sicoob Sul - Financiamento	-	38.013
Santander - Financiamento	918.217	1.488.612
Banestes – Emprestimo Capital de Giro	2.526.367	2.656.024
(-) Encargos a Transcorrer	(491.555)	(361.723)
Demais obrigações de longo prazo	-	75.000
	<b>2.953.029</b>	<b>3.895.926</b>

## 12. SUBVENÇÕES

### (a) Subvenções a Realizar

Referem-se aos recursos recebidos e ainda não utilizados. Em 31 de dezembro de 2022 estão representados pelos seguintes convênios:

	2022	2021
877908/2018 – Ministério da Saúde	40.115	53.758
883549/2019 – Ministério da Saúde	63.264	73.575
9026/2019 – Secretaria Estadual de Saúde	1.100	19.923
9019/2020 – Secretaria Estadual de Saúde	431.423	433.684
9029/2020 – Secretaria Estadual de Saúde	11.541	9.375
897834/2020 – Ministério da Saúde	-	14.000
898072/2020 – Ministério da Saúde	-	42.785
900636/2020 – Ministério da Saúde	-	107.849
898073/2020 – Ministério da Saúde	-	62.390
907964/2020 – Ministério da Saúde	141.907	141.894
033/2020 – Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	679	193
9012/2021 – Secretaria Estadual de Saúde	-	474
9026/2021 – Secretaria Estadual de Saúde	-	20.225
9040/2021 – Secretaria Estadual de Saúde	10.351	120.773
9062/2019 – Secretaria Estadual de Saúde	23.409	723.000
914240/2021 – Ministério da Saúde	10.068	334.312
917583/2021 – Ministério da Saúde	500.000	500.000
9012/2021 – Secretaria Estadual de Saúde	-	474
9026/2021 – Secretaria Estadual de Saúde	-	20.225
9040/2021 – Secretaria Estadual de Saúde	10.351	120.773
9062/2019 – Secretaria Estadual de Saúde	23.409	723.000
914240/2021 – Ministério da Saúde	10.068	334.312
917583/2021 – Ministério da Saúde	500.000	500.000
917365/2021 – Ministério da Saúde	247.168	400.000
915922/2021 – Ministério da Saúde	7.431	-
004/2021 – Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	7.070	-
916519/2021 – Ministério da Saúde	6.606	-
9014/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	7.126	-
9024/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	2.396.035	-
001/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	159.367	-
014/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	16.653	-






	2022	2021
9042/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	161.979	-
9038/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	102.269	-
929447/2022 – Ministério da Saúde	234.151	-
929488/2022 – Ministério da Saúde	618.350	-
929931/2022 – Ministério da Saúde	700.000	-
Termo de Cooperação 2022/ – Sicoob	29.993	-
9062/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	10.000	-
9056/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	95.000	-
	<u>6.033.058</u>	<u>3.058.210</u>

#### (b) Receitas Diferidas - Subvenções

Referem-se aos bens adquiridos por meio de subvenções destinadas a investimentos. As receitas diferidas são reconhecidas no resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, conforme determinação o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

#### (c) Receitas Diferidas – Subvenção a apropriar

Refere-se a este valor os recursos adquiridos através de MAC para compra de insumos materiais hospitalares e medicamentos, mas que não se efetivou o custo de suprimentos em 2022, devendo ser apropriado no decorrer do próximo exercício.

	2022	2021
Receitas Diferidas - Subvenções	10.064.832	7.486.070
	<u>10.064.832</u>	<u>7.486.070</u>

### 13. PROCESSOS JUDICIAIS

A Entidade é parte envolvida (como ré) em ações judiciais de natureza tributária e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Entidade, o montante dos processos classificados em 31 de dezembro de 2022 com probabilidade de perda provável perfaz o montante de R\$160.733. Os processos que envolvem riscos de perda classificados na avaliação de nossos consultores jurídicos como possíveis não foram provisionados e totalizam o valor de R\$ 6.632.321

### 14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	21.802	13.876
PIS/ COFINS/ CSLL Retidos na Fonte a Recolher	76.236	48.200



		21
Parcelamentos de Tributos e Contribuições	82.296	78.325
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	4.765	6.668
	<u>185.099</u>	<u>147.069</u>
<b>Não circulante</b>		
Parcelamentos de Tributos e Contribuições	301.751	365.518
	<u>301.751</u>	<u>365.518</u>

## 15. PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme Estatuto Social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao Patrimônio Social.

Em 31 de dezembro de 2022 foi incorporado ao Patrimônio Social o superávit do exercício de 2022 no montante de R\$ 3.776.802 (superávit de R\$ 390.233 em 2021).

### 15.1. Fundo de Ensino e Desenvolvimento

A administração da Entidade, entendendo a necessidade estratégica de implementar um programa de desenvolvimento do seu quadro de colaboradores, incluindo a incorporação de novas tecnologias, visando o aprimoramento das práticas nos processos de cuidado, gestão e ensino no contexto hospitalar, deliberou pela constituição de um Fundo de Ensino e Desenvolvimento, cujos recursos serão aplicados mediante programa previamente aprovado pela administração da Entidade.

## 16. RECEITA OPERACIONAL

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Receitas com Atividades de Saúde</b>		
Contratualização Sesa (SUS)	108.142.600	87.847.502
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	7.104.036	6.982.579
Prefeitura Municipal de Vargem Alta	-	26.856
Prefeitura Municipal de Guarapari	5.164.070	5.591.004
Serviços Prestados a Convênios	4.170.530	2.595.288
Serviços Prestados a Particulares	889.128	592.675
	<u>125.470.364</u>	<u>103.635.904</u>
<b>Receitas com Atividades Institucionais e Outras</b>		
Programa Telemarketing	231.666	164.393
Receita com Isenção Previdenciária e Fiscal	28.888.077	23.733.539
Outras Receitas	1.059.083	632.446
	<u>30.178.826</u>	<u>24.530.378</u>

**Receitas com Auxílios, Subvenções e Convênios Públicos**

Subvenções OGM	-	1.266
Subvenções OGE	461.536	2.470.914
Subvenções OGU	1.213.119	1.099.070
	<u>1.674.655</u>	<u>3.571.250</u>
	<u>157.323.845</u>	<u>131.737.532</u>

**17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal	59.576.476	51.369.976
Materiais e Suprimentos	20.457.522	21.940.250
Serviços Médicos	26.116.678	20.047.021
Manutenção de Equipamentos Hospitalares	157.716	238.082
Serviço de Lavanderia	1.234.183	1.046.766
Manutenção de Equipamentos	445.349	358.366
Serviços Laboratoriais	470.651	324.034
	<u>108.458.575</u>	<u>95.324.495</u>

**18. TRABALHO VOLUNTARIADO**

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável às Entidades sem finalidade de lucros, a Entidade identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2022.

O valor de trabalho voluntário reconhecido com base em valores de mercado correspondente a R\$126.745 (R\$113.190 em 2021) e se refere à remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Tal valor não teve o desembolso de caixa sendo reconhecidos, em 2022, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

**19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**
**(a) Considerações Gerais**

A Entidade participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio da definição de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Os empréstimos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Certos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que a Entidade possui (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar) são avaliados pelo custo amortizado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 - "Instrumentos Financeiros", recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da NBC TG 39, aprovada pela Resolução CFC nº 1.197/09 e suas alterações.

O valor contábil dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado não difere substancialmente dos seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não existem instrumentos financeiros na forma de derivativos nem de risco semelhante.

#### (b) Gestão do Risco de Capital e Liquidez

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e continuar investindo na sua atividade-fim, que é a de assistência social.

#### 20. SEGUROS CONTRATADOS (não auditado)

Os veículos, segurados na modalidade automóveis/valor de mercado referenciado, com vigência entre 23 de abril de 2022 e 19 de novembro de 2023, estão dentro dos limites técnicos julgados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, em 2022 e 2021. Foram contratados seguros para os imóveis com vigência entre 25 de maio de 2022 e 25 de abril de 2023.

#### 21. IMUNIDADE / ISENÇÃO DE IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDOS

A Entidade está imune/isenta do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através dos Certificados relacionados na Nota nº 2, por atender aos requisitos contidos na Lei nº 12.101/09, do Decreto nº 7.237/10, e Portaria nº 1.970/11, assim como da alínea "c", item VI, art. 150, da Constituição Federal e, também, alínea "c", do item IV, art. 9º, do Código Tributário Nacional, sendo beneficiária no exercício dos seguintes benefícios:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Isenções</b>		
INSS	16.783.865	14.017.219
COFINS	3.335.339	2.680.744
IRPJ	2.217.559	1.781.163
CSLL	1.200.722	965.068
ISS	5.350.592	4.289.345
	<u><b>28.888.077</b></u>	<u><b>23.733.539</b></u>

A Entidade evidenciou doações recebidas de R\$ 480.072 (R\$114.345 em 2021), enquanto as receitas com captação de recursos de iniciativa privada com o programa telemarketing totalizou R\$231.666 (R\$164.393 em 2021), com a captação estatal R\$1.674.655 (R\$3.571.250 em 2021) do reconhecimento das receitas de subvenções realizadas no exercício.



O total do benefício encontra-se aplicado integralmente na manutenção das internações SUS, ambulatório SUS, educação continuada para funcionários e outras operações sociais do Hospital.

A Instituição atendeu ao SUS - Sistema Único de Saúde acima de 60% de sua capacidade instalada, cumprindo o disposto na Lei nº 12.101/09 e no Decreto nº 7.237/10. O critério utilizado para a mensuração dos custos com gratuidade considera a prestação de serviços em que o beneficiário não é obrigado a nenhuma contraprestação para fazer jus aos mesmos, considerando a valoração dos procedimentos realizados com base nas tabelas de pagamentos do SUS, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$108.142.600 (R\$87.847.502 em 2021).

## 22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC nº 1.425/13, de 25 de janeiro de 2013, e suas alterações, benefícios a empregados são todas as formas de compensação proporcionadas pela Entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Dentre outros, tais benefícios incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada e licença médica remunerada. O número de empregados da Entidade existente em 31 de dezembro e respectivos benefícios no exercício foram os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Unidade – Cachoeiro de Itapemirim</b>		
Nº de Empregados	1.073	1.011
Salários e Ordenados	47.518.909	39.094.753
Auxílio Educacional	34.140	35.700
Cursos e Treinamentos	6.633	2.460
	<u><b>47.559.682</b></u>	<u><b>28.613.545</b></u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Unidade – Filial Guarapari</b>		
Nº de Empregados	220	231
Salários e Ordenados	11.994.435	12.222.193
Auxílio Educacional	2.950	7.080
Cursos e Treinamentos	19.409	7.790
	<u><b>12.016.794</b></u>	<u><b>12.237.063</b></u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Unidade – Matriz + Filial</b>		
Nº de Empregados	1.293	1.242
Salários e Ordenados	59.513.344	51.316.946
Auxílio Educacional	37.090	42.780
Cursos e Treinamentos	26.041	10.250
	<u><b>59.576.476</b></u>	<u><b>51.369.976</b></u>

### 23. RESULTADOS SOCIAIS

Conforme requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades beneficentes de assistência social, especificamente na seção I Art. 4º, a Entidade ofereceu a prestação de seus serviços ao SUS - Sistema Único de Saúde em números e percentuais a seguir:

**(a) HIFA – Demonstrativo do cálculo do somatório dos serviços hospitalares e ambulatoriais.**

RELAÇÃO DE SERVIÇOS	UNIDADE	CONVÊNIO	2022	2021
DIÁRIAS DE PACIENTES EM APARTAMENTOS/ENFERMARIAS	PACIENTE DIA	SUS	56.154	48.923
		CONVÊNIO	1.304	793
		PARTICULAR	688	4
		<b>TOTAL</b>	<b>58.146</b>	<b>49.720</b>
NÚMEROS DE PACIENTES INTERNADOS	PACIENTES	SUS	8.743	8.489
		CONVÊNIO	662	454
		PARTICULAR	403	1
		<b>TOTAL</b>	<b>9.808</b>	<b>8.944</b>
LABORATORIO	EXAME	SUS	441.324	419.030
		CONVÊNIO	107.845	12.752
		PARTICULAR	1.055	950
		<b>TOTAL</b>	<b>550.224</b>	<b>432.732</b>
RADIOLOGIA	EXAMES	SUS	20.050	17.993
		CONVÊNIO	1.403	2.210
		PARTICULAR	129	132
		<b>TOTAL</b>	<b>21.582</b>	<b>20.335</b>
ULTRASSONOGRAFIA	EXAMES	SUS	2.289	3.070
		CONVÊNIO	57	20
		PARTICULAR	127	92
		<b>TOTAL</b>	<b>2.473</b>	<b>3.182</b>
FISIOTERAPIA	SESSÕES	SUS	166.377	147.968
		CONVÊNIO	366	136
		PARTICULAR	9	13
		<b>TOTAL</b>	<b>166.752</b>	<b>148.117</b>
CENTRO CIRURGICO	CIRURGIAS	SUS	5.747	3.924
		CONVÊNIO	436	531
		PARTICULAR	435	2
		<b>TOTAL</b>	<b>6.618</b>	<b>4.457</b>
PRONTO SOCORRO INFANTIL	ATENDIMENTOS	SUS	16.047	9.129
		CONVÊNIO	2.539	1.033
		PARTICULAR	99	41
		<b>TOTAL</b>	<b>18.685</b>	<b>10.203</b>
PRONTO SOCORRO MATERNIDADE	ATENDIMENTOS	SUS	18.154	9.942
		CONVÊNIO	331	278
		PARTICULAR	820	
		<b>TOTAL</b>	<b>19.305</b>	<b>10.220</b>

PAI - PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL	ATENDIMENTOS	SUS	42.927	30.921
		CONVÊNIO		16
		PARTICULAR		1
		<b>TOTAL</b>	<b>42.927</b>	<b>30.938</b>
POLICLINICA GENTE	ATENDIMENTOS	SUS	1.585	1.446
		CONVÊNIO	710	53
		PARTICULAR	198	213
		<b>TOTAL</b>	<b>2.493</b>	<b>2.114</b>
HIFA MEDICINA OCUPACIONAL	ATENDIMENTOS	SUS	18.355	16.756
		CONVÊNIO	808	
		PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>19.163</b>	<b>16.756</b>
INSTITUTO DA CRIANÇA	ATENDIMENTOS	SUS	4.063	4.074
		CONVÊNIO		
		PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>4.063</b>	<b>4.074</b>
<b>TOTAL</b>		SUS	783.460	704.909
		CONVÊNIO	134.008	35.032
		PARTICULAR	4.771	1.449
		<b>TOTAL</b>	<b>922.239</b>	<b>741.390</b>

**(b) Apuração de serviços prestados**

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONVÊNIO	2022	2021
SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO	SUS	56.154	48.923
	CONVÊNIO	1.304	793
	PARTICULAR	688	4
	<b>TOTAL</b>	<b>58.146</b>	<b>49.720</b>
SERVIÇOS AMBULATORIAIS	SUS	718.563	647.497
	CONVÊNIO	132.042	33.785
	PARTICULAR	3.680	1.444
	<b>TOTAL</b>	<b>854.285</b>	<b>682.726</b>

**(c) HIFA Guarapari – Demonstrativo do cálculo do somatório dos serviços hospitalares e ambulatoriais.**

RELAÇÃO DE SERVIÇOS	UNIDADE	CONVÊNIO	2022	2021
DIÁRIAS DE PACIENTES EM APARTAMENTOS/ENFERMARIAS	PACIENTE DIA	SUS	12.523	11.837
		CONVÊNIO		
		PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>12.523</b>	<b>11.837</b>
NÚMEROS DE PACIENTES INTERNADOS	PACIENTES	SUS	3.611	3.219
		CONVÊNIO		
		PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>3.611</b>	<b>3.219</b>

*Wkey*  


LABORATORIO	EXAMES	SUS	34.665	35.676
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>34.665</b>	<b>35.676</b>
RADIOLOGIA	EXAMES	SUS	12.402	8.467
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>12.402</b>	<b>8.467</b>
CENTRO CIRURGICO	CIRURGIAS	SUS	1.815	1.812
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>1.815</b>	<b>1.812</b>
PRONTO SOCORRO MATERNIDADE	ATENDIMENTOS	SUS	9.647	9.056
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>9.647</b>	<b>9.056</b>
UPAI - PRONTO ATENDIMENTO PEDIATRICO	ATENDIMENTOS	SUS	42.126	29.985
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>42.126</b>	<b>29.985</b>
<b>TOTAL</b>		SUS	116.789	100.052
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		<b>TOTAL</b>	<b>116.789</b>	<b>100.052</b>

(d) Apuração de serviços prestados

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONVÊNIO	2022	2021
SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO	SUS	12.523	11.837
	CONVÊNIO PARTICULAR		
	<b>TOTAL</b>	<b>12.523</b>	<b>11.837</b>
SERVIÇOS AMBULATORIAIS	SUS	100.655	84.996
	CONVÊNIO PARTICULAR		
	<b>TOTAL</b>	<b>100.655</b>	<b>84.996</b>

24. PARTES RELACIONADAS

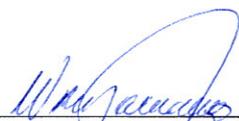
As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Entidade e membros próximos da família de tais pessoas.

Eventuais serviços prestados pela Entidade a tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das suas atividades, caracterizando-se basicamente por consultas, exames, internações nas mesmas condições de atendimento ao público em geral.

## **25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram submetidas à aprovação pelo Conselho Deliberativo do Hospital em 15 de março de 2023.

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



---

**WINSTON ROBERTO SOARES VIEIRA MACHADO**  
Presidente do Conselho de Administração



---

**LIDIANA MARIA PIROVANI ESTEVES**  
Contadora CRC-ES 018461/O-8



**HOSPITAL INFANTIL "FRANCISCO DE ASSIS"**

Rua Coronel Guárdia, 100, Bairro Centro, Cachoeiro de Itapemirim-ES, CEP 29.300-070  
Telefax: (28) 2101-5656/ Site: [www.hifa.org.br](http://www.hifa.org.br)

**Parecer do Comitê Técnico Fiscal**

Nós, membros do Comitê Técnico Fiscal, neste ato representados por Carlos Sapavini, advogado, designado pela Conselheiro(a) Fiscal Edma Nicoli Cipriano; Fernando Cypriano dos Santos, bacharel em contabilidade, nomeado pelo Conselheiro(a) Fiscal Juarez Monteiro Albernaz; Jose Nilton Santesso Diniz, contador, designado pelo Conselheiro(a) Fiscal Marcos Emery Elias Chatack, do Hospital Infantil "Francisco de Assis". Em consonância com o objetivo ao qual fomos designados, relativamente a nos posicionarmos, com viés eminentemente técnico, externamos que após reuniões de análises das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, do Hospital Infantil "Francisco de Assis", e complementarmente as informações gerenciais, apresentadas pela administração da entidade, bem como parecer da Auditoria Independente D'Agostini Consultoria e Auditoria S/S, correspondentes à sua prestação de contas do período mencionado, somos plenamente favoráveis a aprovação pelos membros integrantes do Conselho Fiscal.

Cachoeiro de Itapemirim (ES), 15 de março de 2023.

Carlos Sapavini

Fernando Cypriano dos Santos

José Nilton Santesso Diniz



**HOSPITAL INFANTIL "FRANCISCO DE ASSIS"**

Rua Coronel Guárdia, 100, Bairro Centro, Cachoeiro de Itapemirim-ES, CEP 29.300-070  
Telefax: (28) 2101-5656/ Site: [www.hifa.org.br](http://www.hifa.org.br)

**Parecer do Conselho Fiscal**

Nós, membros do Conselho Fiscal do Hospital Infantil "Francisco de Assis", reunimo-nos extraordinariamente no dia 15 de março de 2023 para fim específico de apreciar as Demonstrações Contábeis do Hospital Infantil "Francisco de Assis", do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e, complementarmente, as informações gerenciais relacionadas ao mesmo exercício social, apresentadas pela administração da entidade, correspondentes à sua prestação de contas do período mencionado. Após referida apresentação e satisfeitos com as respostas aos questionamentos e esclarecimentos apresentados e, ainda, baseados no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do citado exercício social, emitido pela empresa D'Agostini Consultoria e Auditoria S/S, contendo opinião sem ressalva.

Em cumprimento ao disposto no art. 43, do Estatuto Social, somos favoráveis à aprovação das Demonstrações Contábeis e, por consequência, da prestação de contas da administração do Hospital Infantil "Francisco de Assis" referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Cachoeiro de Itapemirim (ES), 15 de março de 2023.

**TITULARES**

Juarez Monteiro Albernaz

Edma Nicoli Cipriano

Marcos Emery Elias Chatack

**SUPLENTES**

Nelson Costa Filho

Whashington Luiz Fonseca/Faria